

Estudo diz que portugueses “habituarão-se” a passar frio dentro de casa

10 de Abril, 2023

O **Portal da Construção Sustentável (PCS)** revelou os resultados de um inquérito à população portuguesa sobre o conforto térmico de suas casas. Depois de um inverno chuvoso e com fortes ondas de frio, e de um 2022 marcado por preços de energia com aumentos muito significativos, os portugueses continuam a passar frio dentro de suas casas e admitem que este ano passaram ainda mais frio por não terem como fazer face ao aumento dos custos.

Segundo os resultados deste inquérito, **a maioria dos inquiridos (89%) considera a sua casa desconfortável termicamente** e apenas 11% diz habitar uma casa confortável, sendo que para isso, necessita de gastar energia em climatização. São 88,4% os que dizem ter tido um aumento significativo do consumo de energia para climatizar a casa e, verificou-se ainda que, em todos os distritos, o desconforto térmico é geral.

Mais de 50% dos portugueses, assume ter passado mais frio em casa este inverno, devido ao aumento do custo de energia.

Infelizmente, **64% dos portugueses sentem frio em casa** e recorrem a equipamentos e a mais roupa para superar as necessidades de conforto térmico. 32% recorre só a equipamentos e 16% recorre a mais roupa para poupar dinheiro.

Estima-se que mais de 34 milhões de pessoas em toda a União Europeia vivam em diferentes níveis de pobreza energética. Portugal é, segundo as estatísticas europeias, um dos piores países europeus nesta matéria. Segundo a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2021-2050, entre 1,2 e 2,3 milhões de portugueses vivem em situação de pobreza energética moderada e entre 660 e 740 mil pessoas encontram-se numa situação de pobreza energética extrema.

O desconhecimento dos portugueses relativamente aos materiais fundamentais na construção de um edifício é geral, com a maioria a dizer não estar interessada em saber como foi construída a sua casa ou que tipo de materiais utilizou, sendo a principal preocupação o preço.

Por outro lado, os portugueses, se questionados sobre se foi ou não um profissional que desenhou e acompanhou a obra de sua casa (no caso de moradias isoladas), a maioria não contratou um arquiteto para desenhar a sua casa e preferiu comprar pronta, porque “gostam do que veem na altura da compra”. Nem sabem do que se trata quando questionados sobre o “Sistema de Certificação Energética”. obrigatória desde 2007.

Segundo consta, o Governo irá abrir candidaturas, através do Fundo Ambiental,

para atribuição de financiamento para que os portugueses melhorem o conforto térmico de suas casas, com base numa construção mais sustentável. Segundo o inquérito do PCS, sobre as anteriores candidaturas, foram apenas 8% aqueles que se candidataram e obtiveram financiamento, ou seja, menos do que uma família num universo de 100 famílias, fez uma candidatura e conseguiu financiamento.

Dos financiamentos atribuídos, a maioria apostou na compra de novas caixilharias, seguido de investimento em painéis solares fotovoltaicos, ar condicionado, bomba de calor, recuperador de calor a pallets e painéis solares térmicos. Daqueles que obtiveram financiamento, a maioria diz que o conforto térmico melhorou. Mas, em termos de materiais de construção, apenas as janelas foram tidas em consideração para melhorar o conforto térmico. Não houve qualquer inquirido que tenha usado o financiamento para isolar a sua casa.

Em dezembro de 2021, a Comissão Europeia propôs uma revisão da Energy Performance of Buildings Directive (EPBD), como parte do pacote apto para cumprir um mínimo de 55% de redução das emissões com efeito de estufa até 2030, já legalmente exigido ao abrigo da Lei Climática Europeia de 2021. Esta revisão da EPBD, estabelece como a UE pode alcançar emissões zero e um parque imobiliário totalmente descarbonizado até 2050, aumentando a taxa de reabilitação dos edifícios com pior desempenho, em cada Estado Membro da UE.

A partir de 2030, todos os novos edifícios na UE devem ter emissões zero (2027 para todos os novos edifícios públicos). Os edifícios não residenciais com o certificado de desempenho energético (energy performance certificate – EPC) mais baixo, G, deverão ser reabilitados pelo menos para a classe F até 2027, e pelo menos para a classe E até 2030. Entretanto, todos os edifícios residenciais de classe G terão de atingir a classe F até 2030, e a classe E até 2033. No futuro, a classe G da EPC deverá abranger pelo menos 15 % dos edifícios em cada Estado-membro, enquanto os de classe inferior (D a G) serão emitidos por apenas cinco anos.